

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MIRANORTE - TOCANTINS

Agenda de Desenvolvimento Municipal: Análise
Integrada e Diretrizes de Conteúdo

JUNHO DE 2020

Referências Cadastrais

Cliente	NEOENERGIA JALAPAO TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.
Localização	Campinas, SP
Título	Agenda de Desenvolvimento Municipal
Contato	Elton Freitas
E-mail	elton.freitas@neoenergia.com
Líder do Projeto:	Fernanda Gomes Corrêa Laham
Gerente:	Fernanda Gomes Corrêa Laham
Coordenadora:	Vívian Cristine Costa Dal'Lin
Projeto/centro de custo:	1.03.04.15235
Data do documento:	06/2020

Elaborador/Autor	Vívian Cristine Costa Dal'Lin	Coordenadora Geral do Projeto
Verificador/aprovador	Fernanda Gomes Corrêa Laham	Gerente Técnica/ Coordenadora Geral

Este documento é composto de 01 volume e está sendo entregue em 01 cópia digital.

Isenção de Responsabilidade:

Este documento é confidencial, destinando-se ao uso exclusivo do cliente, não podendo ser reproduzido por qualquer meio (impresso, eletrônico e afins) ainda que em parte, sem a prévia autorização escrita do cliente.

Este documento foi preparado pela Arcadis logos com observância das normas técnicas recomendáveis e em estrita obediência aos termos do pedido e contrato firmado com o cliente. Em razão disto, a Arcadis logos isenta-se de qualquer responsabilidade civil e criminal perante o cliente ou terceiros pela utilização deste documento, ainda que parcialmente, fora do escopo para o qual foi preparado.

Equipe Técnica

Equipe Técnica		
Karin Ferrara Formigoni	Responsável Técnica	CAU/SP: 18867-0
	Arquiteta e Urbanista	email: karin.formigoni@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Sandra Elisa Favorito Raimo	Responsável Técnica	CRBio: 010513/01-D
	Bióloga	sandra.favorito@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465 r. 6054
Rodrigo Braga Santini	Responsável Técnico	CREA/SP: 5062055883
	Geólogo	rodrigo.santini@arcadis.com
		Tel: (11) 3226-3465 – R. 6054
Fernanda Gomes Corrêa Laham	Gerente Técnica / Coordenadora Geral	CAU/SP: A50634-6
	Arquiteta e Urbanista	email: fernanda.correa@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Vivian Cristine Costa Dal'Lin	Coordenadora Geral	CAU/SP: 149384-1
	Arquiteta e Urbanista	email: vivian.dallin@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Leonardo Mendonça Mendes da Silva	Coordenador do Meio Físico e Biótico e de Geoprocessamento	CREA/SP: 5063313638
	Geógrafo	email: leonardo.mendonca@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465 r.5950
Amanda Paulista	Direito Urbanístico	OAB/SP: 346610
	Advogada	email: amanda.souza@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Rodrigo Zichelle	Geoprocessamento	CREA/SP: 5062466910
	Geógrafo	email: rodrigo@novoambienteconsultoria.com.br
		Tel.: (11) 3226-3465
Bruno Hernandez Incau	Governança Urbana e Planejamento Territorial	CREA/SP: 5069342018
	Engenheiro Ambiental e Urbano	email: bruno.incau@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Elisa Pennings	Planejamento e Gestão de Cidades	CAU/SP: A91736-2
	Arquiteta e Urbanista	email: elisa.pennings@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465

Equipe Técnica		
Tatiane Freitas	Meio Físico e Biótico	CREA/SP: 507061578
	Geógrafa	email: tatiane.freitas@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Eduardo Barros	Estagiário	email: eduardo.barros@arcadis.com
	Geografia	Tel.: (11) 3226-3465
Michele Almeida	Estagiária	michele.almeida@arcadis.com
	Ciências e Humanidades e Planejamento Territorial	Tel.: (11) 3226-3465

Índice

1.	Agenda de Desenvolvimento Municipal de Miranorte.....	6
1.1.	Metodologia	6
1.2.	Resultados.....	11

Lista de Quadros

Quadro 1-1 – Agenda de Desenvolvimento Municipal do Município de Miranorte.....	12
Quadro 1-2 - Eixos de Desenvolvimento do município.....	16

Lista de Figuras

Figura 1-1 - Etapas incluindo a Agenda de Desenvolvimento Municipal.	6
Figura 1-2 – Temas orientadores da Agenda de Desenvolvimento Municipal.....	7
Figura 1-3 – Representação exemplo da definição de fragilidades e potencialidades.....	8
Figura 1-4 - Representação exemplo da definição de estratégias.....	9
Figura 1-5 - Representação exemplo da definição dos instrumentos.....	9

Apresentação

A Linha de Transmissão (LT) 500 kV Miracema – Gilbués II – Barreiras II e SE Associadas vem sendo licenciada no âmbito do processo ambiental IBAMA nº 02012.001891/2019-26, estando atualmente em fase de implantação do empreendimento. Considerando o estabelecido pela Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, o Plano Básico Ambiental (PBA) incluiu, dentre as medidas de compensação, o Programa de Apoio à Elaboração/Revisão do Plano Diretor, cujo objetivo é fornecer apoio à elaboração ou revisão de Planos Diretores dos municípios impactados pelo empreendimento com as seguintes características:

- Municípios que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, que não possuam Planos Diretores, mas que passaram a ter essa obrigação devido à realização do empreendimento;
- Municípios com mais de 20.000 habitantes que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, onde foram verificadas alterações significativas no ordenamento territorial do município, em função do empreendimento.

Esta condicionante foi reforçada pela Licença de Instalação (LI) nº 1331/2019 do empreendimento, que traz como condicionantes ao empreendedor apresentar os Termos de Compromisso com as seguintes prefeituras:

- Aquelas que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, que não possuam Planos Diretores, mas que passaram a ter essa obrigação devido à realização do empreendimento, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei 10.257/2001;
- Aquelas dos municípios com mais de 20 mil habitantes, que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, onde forem verificadas alterações significativas no ordenamento territorial do município, em função do empreendimento, nos termos da Resolução Recomendada nº22, de dezembro de 2006.

Neste sentido, a revisão do Plano Diretor do município de Miranorte insere-se no contexto deste Programa. Para tanto, a Arcadis foi contratada pela Neoenergia, empresa responsável pela implantação da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Miracema – Gilbués II – Barreiras II e SE Associadas, para prestação de serviços de consultoria especializada no apoio técnico à revisão do Plano Diretor em questão.

Sabe-se que o Plano Diretor é um instrumento integrante do sistema de planejamento municipal, em conjunto com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual e demais disciplinas de ordenamento territorial, como Leis de Parcelamento, de Uso e Ocupação do Solo e de Perímetro Urbano.

Embora o Estatuto da Cidade estabeleça poucas matérias de conteúdo obrigatório aos Planos Diretores (arts. 42 e 42-A da Lei Federal nº 10.257/2001), observa-se, nos últimos anos, que tais leis têm sido elaboradas a partir de um escopo amplo, considerando desde as normas específicas de ordenamento territorial até diretrizes de políticas setoriais. A questão suscitada frente a essa ampliação de escopo é que, não raro, as disposições legais inseridas nos Planos Diretores são genéricas e, portanto, pouco condizentes com a realidade municipal existente e

projetada, e pouco instrumentalizadas, o que tem impactado no grau de efetividade e aplicabilidade do Plano Diretor.

Em vista disso, é fundamental que haja uma definição estratégica dos conteúdos a serem inseridos no Plano Diretor, a fim de selecioná-los, categorizá-los, ordená-los em termos de prioridade e examiná-los em vista dos instrumentos e ferramentas disponíveis ao Poder Executivo para solucioná-los. Este processo de definição resulta na **Agenda de Desenvolvimento Municipal de Miranorte**, apresentada neste relatório.

1. Agenda de Desenvolvimento Municipal de Miranorte

A Agenda de Desenvolvimento Municipal corresponde a uma matriz, produto de um processo de análise, seleção e sistematização de dados, desenvolvida ao final da etapa de Diagnóstico Municipal e ao início da etapa de elaboração de Propostas. Sua finalidade é assegurar que os conteúdos disciplinados pelo Plano Diretor reflitam os reais problemas e questões existentes no município de Miranorte, bem como garantir a instrumentalidade e aplicabilidade das disposições propostas.

A Agenda, portanto, ocorre de maneira transversal, consolidando as análises realizadas durante a etapa de Diagnóstico Municipal e garantindo os subsídios necessários para as Propostas que serão realizadas. À medida em que o Diagnóstico Municipal disponibiliza dados caracterizadores do município e análises correspondentes, as primeiras informações que irão compor a matriz da Agenda de Desenvolvimento Municipal são identificadas e, neste sentido, ela atua também como um processo de conclusão técnica da etapa de diagnóstico. À medida em que as análises avancem no sentido de elaborar as propostas de conteúdo do Plano Diretor, a matriz lhe é preparatória, garantindo a linearidade e a clareza das propostas técnicas sugeridas e orientando o seu detalhamento no formato jurídico, obrigatório para a Minuta de Lei de Plano Diretor, produto final do estudo.

Figura 1-1 - Etapas incluindo a Agenda de Desenvolvimento Municipal.



Elaboração: Arcadis, 2020.

1.1. Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração e desenvolvimento da Agenda de Desenvolvimento Municipal teve por base o “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores”, cuja versão para teste foi apresentada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU) no ano de 2019. A partir dos circuitos e procedimentos constantes no referido Guia, foi desenvolvida uma metodologia detalhada e adequada não apenas à consecução dos objetivos da Agenda de Desenvolvimento Municipal, mas também aos desafios e contextos específicos decorrentes do processo de revisão do Plano Diretor do Município de Miranorte.

O processo que envolve a definição da Agenda de Desenvolvimento Municipal é desenvolvido em duas fases: a **Análise integrada** e as **Diretrizes de conteúdo**, a seguir apresentadas.

Análise Integrada

Sabe-se que o Diagnóstico Municipal, primeiro produto integrante do processo de revisão do Plano Diretor, é um relatório amplo das condições do Município, no qual são compilados e analisados dados dos mais diversos setores e temas, a fim de caracterizar de maneira holística o município. Sendo assim, é fundamental um olhar interdisciplinar, o qual denominamos aqui de Análise Integrada, que consiga, a partir do confronto entre as diferentes análises realizadas para os meios socioeconômico, físico e biótico, identificar os temas mais relevantes para o desenvolvimento do município frente a tudo que foi estudado.

Por temas, entendem-se os assuntos de caráter geral, cuja disciplina guarda relação direta com o escopo do Plano Diretor, por exemplo, habitação, uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico, meio ambiente. Com base no “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores” foram elencados 12 temas orientadores, dentre os quais deverão ser identificados os mais pertinentes à dinâmica e realidade municipal específica de Miranorte, de forma a direcionar os próximos itens identificados e garantir a adequação do conteúdo do Plano Diretor. Cabe ressaltar que a escolha dos temas varia de acordo com a sua relevância e recorrência no Município, de forma que não necessariamente todos serão abordados ao longo da Agenda de Desenvolvimento Municipal.

Figura 1-2 – Temas orientadores da Agenda de Desenvolvimento Municipal.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Uma vez identificados os temas, deverão ser levantadas as **fragilidades** e **potencialidades** do Município. As primeiras representam os principais desafios a serem superados ou mitigados durante os 10 anos de vigência do Plano Diretor ora em revisão. Vale dizer que as fragilidades se referem tanto aos problemas existentes no município quanto aos problemas que poderão ocorrer em um futuro próximo cuja previsibilidade seja possibilitada pelos dados levantados durante a fase de diagnóstico. Já as potencialidades correspondem aos pontos mais fortes do município, podendo eles serem ou não definidores da sua identidade. Entende-se, portanto, que as potencialidades são pontos a serem incentivados e monitorados durante a vigência do Plano Diretor, a fim de assegurar o desenvolvimento adequado do município.

O levantamento das fragilidades e potencialidades deriva dos temas identificados, pois é realizado a partir do desenvolvimento e direcionamento dos temas. Toma-se como exemplo o

tema da habitação. Uma vez identificado como tema pertinente ao município, deverá ser perguntado: qual é o motivo que leva o tema da habitação a ser relevante no município? É por conta da existência de ocupações irregulares? É por conta do baixo déficit habitacional relativo? Portanto, a partir do desenvolvimento de questionamentos sobre os temas identificados, será possível levantar as fragilidades e potencialidades associadas, as quais deverão ser organizadas por critério de prioridade.

Figura 1-3 – Representação exemplo da definição de fragilidades e potencialidades.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Entende-se, portanto, que a primeira fase da Agenda de Desenvolvimento Municipal decorre, prioritariamente, do confronto entre os principais resultados obtidos durante a etapa de diagnóstico, a chamada Análise Integrada, tendo como produtos resultantes a identificação dos temas, fragilidades e potencialidades do Município.

Diretrizes de Conteúdo

Tendo sido identificados os pontos críticos e potenciais para o desenvolvimento do Município, será dado início à segunda fase da Agenda de Desenvolvimento Municipal, denominada Diretrizes de Conteúdo. Esta consiste na definição dos eixos de desenvolvimento municipal, bem como das estratégias, instrumentos e ferramentas complementares que assegurarão a melhor disciplina e efetividade das medidas de incentivo das potencialidades e de superação/mitigação das fragilidades.

Os eixos de desenvolvimento do município nada mais são do que as diretrizes que orientarão a revisão do Plano Diretor. São os pontos para os quais o Plano Diretor dará mais atenção e fixará instrumentos e ferramentas específicas voltadas à sua concretização. Isso não significa, no entanto, que questões não incluídas nos eixos de desenvolvimento do município serão desconsideradas; significa apenas que os eixos são os pilares sobre os quais toda a disciplina do Plano Diretor será estruturada, a partir do qual as demais questões serão abordadas. Sua definição decorre diretamente das fragilidades e potencialidades identificadas.

Já as estratégias correspondem aos direcionamentos gerais que podem ser dados às fragilidades e potencialidades encontradas, mirando o seu incentivo ou sua mitigação/resolução.

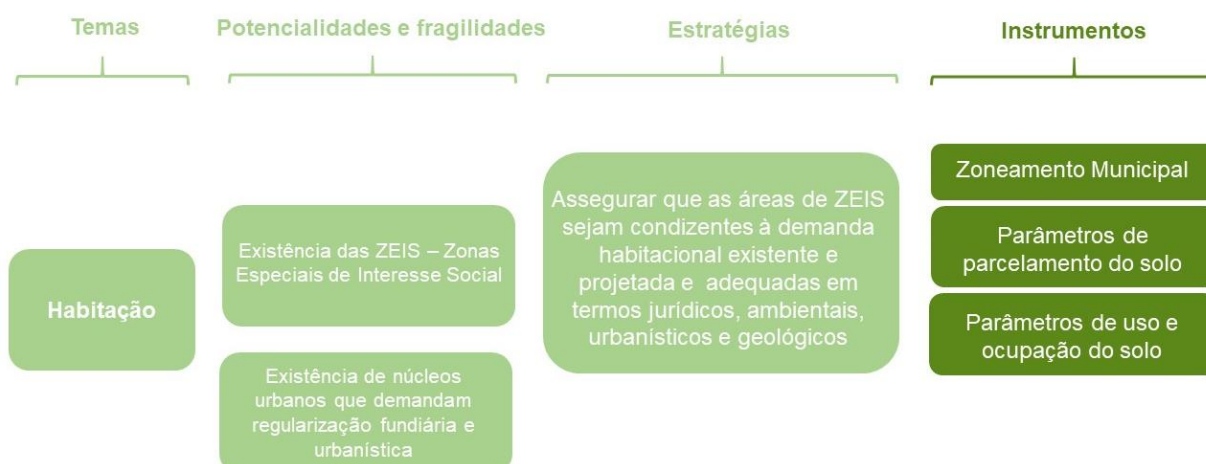
Figura 1-4 - Representação exemplo da definição de estratégias.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Os instrumentos, derivados e em consonância com as estratégias, representam os meios diretos e pertinentes ao combate ou incentivo das problemáticas levantadas. Compreende o conjunto de ações e procedimentos legais para intervir, regulamentar, controlar e direcionar o desenvolvimento municipal. Os instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade são algumas dessas ferramentas, bem como as propostas de Macrozoneamento Municipal e Zoneamento Urbano e Rural e as Políticas Setoriais. A figura abaixo exemplifica alguns instrumentos que poderiam ser aplicados para intervir em uma das potencialidades identificadas para o tema de Habitação.

Figura 1-5 - Representação exemplo da definição dos instrumentos.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Por fim, as ferramentas complementares são instrumentos que, embora pertinentes às questões trabalhadas no Plano Diretor, não são específicas do seu escopo, cabendo à legislação específica a sua regulamentação. É o caso, por exemplo, da definição de parâmetros de incomodidade, os quais, apesar de estarem diretamente relacionados ao zoneamento e ordenamento territorial estabelecido pelo Plano Diretor, é conteúdo de legislação específica de uso e ocupação do solo.

Vale dizer que as informações identificadas e levantadas durante as duas fases referidas serão sistematizadas em uma matriz específica, a qual corresponde à Agenda de Desenvolvimento Municipal.

1.2. Resultados

Após terem sido identificadas e confrontadas as principais problemáticas incidentes no município de Miranorte em cada um dos meios estudados (socioeconômico, físico e biótico) e questões jurídicas atreladas, chegou-se às principais potencialidades e fragilidades diagnosticadas, e, por consequência, aos temas de maior relevância aos quais essas questões se inserem. A partir deste olhar multidisciplinar foram então traçados as estratégias e instrumentos necessários para direcionar ações voltadas para o enfrentamento das problemáticas identificadas. Na sequência, com a consolidação da Agenda, foi possível identificar os temas e questões mais sensíveis e latentes no município, as quais entende-se ser necessário um enfoque prioritário através da proposição dos chamados Eixos de Desenvolvimento que, por sua vez, deverão nortear de maneira geral o desenvolvimento sustentável de Miranorte para os próximos 10 anos e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida de sua população.

O quadro abaixo sintetiza os resultados da Agenda de Desenvolvimento Municipal de Miranorte e a seguir serão apresentados e justificados cada um dos Eixos de Desenvolvimento definidos para a efetivação do Plano Diretor do município.

Quadro 1-1 – Agenda de Desenvolvimento Municipal do Município de Miranorte.

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades / Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
Expansão Urbana	Mancha urbana principal compacta e contínua, sem a ocorrência de loteamentos em áreas distantes e sem conectividade	Definir limite de expansão da área urbanizada, priorizando áreas adequadas física e ambientalmente, próximas dos equipamentos existentes e boa conectividade	Macrozona Urbana (definida pelo perímetro urbano)
	Expansão de setores urbanos para além de obstáculos como a rodovia BR-153, o rio Providência e outros cursos d'água	Definir limite de expansão da área urbanizada, priorizando áreas adequadas física e ambientalmente, próximas dos equipamentos existentes e boa conectividade. Limitar expansão destes setores	Macrozona Urbana (definida pelo perímetro urbano)
		Construir conexões com a mancha principal, priorizando pedestres e ciclistas (pontes, passarelas, etc)	Política setorial de Mobilidade
		Impedir a expansão nas APPs	Macrozona Urbana (definida pelo perímetro urbano)/ ZEPAM/ Sistema de fiscalização
	Área de transição entre urbano e rural relevante	Definir zona específica para o entorno	Cinturão Verde / Zona de Transição
Uso e Ocupação do Solo	Usos diversificados distribuídos pela mancha urbana	Garantir a continuidade da diversificação de atividades	Zoneamento Misto (ZM)
	Ausência de legislações urbanísticas que regulamentem o parcelamento do solo urbano	Dotar a Prefeitura de procedimentos de aprovação e fiscalização de parcelamentos	Disciplina de parcelamento do solo e fiscalização
	Áreas urbanas irregulares: Setor Aeroporto, Lot. Jarmes Marins	Definir medidas para regularização	Regularização dos parcelamentos irregulares com procedimentos específicos
	Áreas de APPs ocupadas	Elaborar estudos integrados para solucionar as áreas ocupadas	
	Lei municipal de política ambiental estabelece normas para o licenciamento, controle, fiscalização e monitoramento ambiental		
	Indicação de zonas ambientais e rurais na política municipal de meio ambiente		
Saneamento	Previsão de consórcio para aterro sanitário no PPA	Efetivar o consórcio para gestão adequada de resíduos sólidos	Política setorial de Saneamento
	Ausência de gestão e destinação adequada para os resíduos sólidos	Efetivar o consórcio para gestão adequada de resíduos sólidos, que priorize a construção de um aterro sanitário	Política setorial de Saneamento
		Implementar coleta seletiva	Política setorial de Saneamento
		Elaborar Plano Municipal de Saneamento Básico	Política setorial de Saneamento
	Ausência de rede coletora e de soluções adequadas para o tratamento e efluentes	Viabilizar a coleta e tratamento de esgoto junto à concessionária	Política setorial de Saneamento
		Incentivar saneamento individual sustentável no âmbito rural	Política setorial de Saneamento
		Elaborar Plano Municipal de Saneamento Básico	Política setorial de Saneamento
Drenagem urbana problemática, sobretudo nos setores com maior declividade. Há nascentes aterradas sob a mancha urbana e lençol freático raso. Há volumes significativos de água nas vias, que acabam por danificar o pavimento e prejudicar as condições de deslocamento	Elaborar Plano de Saneamento, que considere macro e microdrenagem, soluções que ampliem a retenção e percolação de água nas quadras e viabilizem estrutura de destinação adequada da água pluvial	Política setorial de Saneamento	
	Mapear as áreas problemáticas em conjunto com as ações de recuperação dos corpos d'água	Política setorial de Saneamento	
Meio Ambiente	Inserido na Bacia Hidrográfica do rio Providência	Efetuar políticas e estratégias integradas por meio de um comitê, com os demais municípios que estão inseridos na Bacia do rio Providência, com finalidade de obter um gerenciamento mais adequado.	Política setorial de Meio Ambiente
	Rio Providência para abastecimento público		
	Acúmulo de sedimentos e assoreamento do rio Providência	Efetuar políticas e estratégias integradas por meio de um comitê, com os demais municípios que estão inseridos na Bacia do rio Providência, com finalidade de obter um gerenciamento mais adequado.	Política setorial de Meio Ambiente

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades / Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
Meio Ambiente	Bacia Hidrográfica do rio Providência está degradada e necessita de revitalização	Delimitar a parte da Bacia hidrográfica do rio Providência, garantindo, nesses setores, recuperação da bacia e técnicas agropecuárias de menor impacto	Zoneamento rural (Recuperação e Produção Sustentável)
	Afloramento de água em vista da baixa profundidade do lençol freático, o que prejudica a drenagem urbana	Incentivar áreas permeáveis para infiltração e escoamento subsuperficial	Política setorial de Meio Ambiente / Parâmetros Urbanísticos
		Realizar estudo de macrodrenagem urbana para direcionamento adequado de medidas mitigadoras.	Política setorial de Meio Ambiente
	Cursos d'água com APPs ocupadas na mancha urbana, principalmente córrego Pacas, Mearim e rio Providência, por usos residenciais e viário, principalmente	Impedir a expansão nas APPs/ elaborar mapeamento de áreas ocupadas e livres para apoiar a fiscalização/ desenvolver projetos integrados para solucionar as áreas ocupadas	Macrozona Urbana (definida pelo perímetro urbano) / ZEPAM/ Sistema de fiscalização
		Promover campanhas de educação ambiental, conscientizando a população a respeito da necessidade de preservação dos recursos naturais	Política Setorial Ambiental
	Degraus Estruturais e Rebordos Erosivos com muitas áreas com alta suscetibilidade à erosão e movimentos gravitacionais de massa na área rural	Evitar que estas áreas sejam ocupadas de modo que as atividades potencializem a ocorrência destes fenômenos	Zoneamento rural (Produção Sustentável)
		Criar políticas de incentivos a recuperação e preservação das APPs	Política setorial de Meio Ambiente
	A sede municipal contorna os cursos hídricos e a falta de esgotamento sanitário pode prejudicar a qualidade dos mesmos	Delimitar áreas de recuperação em locais degradados ou de maior proteção em áreas ainda preservadas.	Macrozona Urbana (definida pelo perímetro urbano) / Zoneamento Rural
Priorizar soluções de esgotamento sanitário sustentáveis nas áreas de influência dos recursos hídricos		Política setorial de Meio Ambiente	
Desenvolvimento Econômico	Diversidade de atividades econômicas: serviços (administração pública e alojamentos) > comércio (varejista) > agricultura > indústrias (produção de minerais não metálicos)	Incentivar a continuidade do desenvolvimento de atividades diversas no território	Zoneamento misto (ZM)
	Indústrias bem localizadas em termos de logística (as margens da BR-153) e em termos de deslocamento dos trabalhadores (está próximo à mancha urbana)	Delimitar áreas para manutenção e implantação de novas atividades industriais, considerando acesso viário para chegada de insumos e escoamento da produção e para o acesso dos trabalhadores	Delimitação de Zona Industrial
	Poucas possibilidades de capacitação para os jovens	Viabilizar maior variedade de cursos de profissionalização e de nível superior, considerando os setores econômicos em desenvolvimento	Política setorial de Educação
Desenvolvimento Rural Sustentável	Reconhecimento do abacaxi como produção característica do município e existência de fábricas de beneficiamento	Criar diretrizes de desenvolvimento integrado entre produtores, apoiando a criação de cooperativas, o acesso à assistência técnica, a implementação do Selo de Inspeção, tendo em vista a profissionalização de toda a cadeia de forma progressiva: fornecedores de insumos, produtores, logística, indústria, comercialização, entre outros	Política setorial de Desenvolvimento Rural
		Buscar parceria com municípios vizinhos para fortalecer a imagem e o desenvolvimento sobre o produto	Política setorial de Desenvolvimento Rural
	Inserção em região produtora do fruto	Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Política setorial de Desenvolvimento Rural
		Delimitar áreas onde as características do meio físico propiciem o desenvolvimento sustentável	Zoneamento Rural de Desenvolvimento Agrário
	Ruraltins não dispõe de profissionais em quantidade suficiente para assistência técnica demandada	Solicitar mais apoio da Ruraltins	Política setorial de Desenvolvimento Rural
		Dotar a prefeitura de quadro técnico adequado para o atendimento dessas demandas	Política setorial de Desenvolvimento Rural
		Incentivar a formação profissional dos jovens nesta área	Política setorial de Educação

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades / Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
Habitação	Construção de moradias populares por meio de programas habitacionais municipais	Reservar área mínima para receber novas moradias de interesse social, ainda que insuficientes para suprir toda a demanda, mas para compor a estratégia de habitação	ZEIS de vazios
	11% de deficit (42% precário e 33% co-habitação), demandando tanto reposição quanto incremento. Segundo prefeitura, são cerca de 200 habitações de déficit	Manter e fortalecer o programa	Orçamento / FUNDURB
		Criar procedimento para a regularização fundiária dos lotes residenciais consolidados	Regularização dos parcelamentos irregulares com procedimentos específicos
		Demarcação das áreas prioritárias para a execução de regularização fundiária	ZEIS ocupadas
		Continuar a buscar parcerias com estado e união que viabilizem a construção de novas moradias	Política setorial de Habitação
		Implantar a cota social em novos empreendimentos residenciais ou mistos	Parcelamento do solo/ Política setorial de Habitação
	Reservar área mínima para receber novas moradias de interesse social, ainda que insuficientes para suprir toda a demanda, mas para compor a estratégia de habitação	ZEIS de vazios	
(Lot. Jarmes Marins seria adequado - construção de novas unidades)	Avaliar área em conjunto		
Transporte e Mobilidade	Mancha urbana majoritariamente contínua e porte pequeno possibilita o acesso a pé e bicicleta	Incentivar deslocamento a pé e de bicicleta, por meio de melhoria das calçadas, implantação de ciclofaixas, paraciclos, arborização urbana, conscientização e outros recursos que garantam trânsito seguro e confortável	Política setorial de Mobilidade Urbana / Política setorial de Educação
	Deslocamento para outras cidades favorecido pelo posicionamento em relação às rodovias estaduais e federal	Articular com o órgão responsável para manutenção e melhoria dos acessos, sinalização e controle de velocidade nos perímetros urbanos, visando o fomento a sua utilização	Política setorial de Mobilidade Urbana
	Transporte coletivo particular nas áreas rurais sem regulamentação	Indicar a importância de estabelecer regimentos para este tipo de transporte/ Regularizar	Política setorial de Mobilidade Urbana
	Dificuldade de travessia da BR 153 oeste-leste na área urbana	Melhorar os acessos às passarelas na mancha urbana e estabelecer parceria com o órgão responsável pela gestão da rodovia no sentido de melhorar a segurança e as condições gerais das passarelas existentes sobre a rodovia	Política setorial de Mobilidade Urbana
		Verificar se é possível dotar a região daquilo que causa o deslocamento. Por exemplo: se o deslocamento for por conta de comércio ou equipamentos, indicar a instalação de tais atividades no setor	Políticas setoriais
	Largura insuficiente das rotatórias de acesso da TO a BR. Travamento de trânsito por caminhões	Articular parcerias com órgão responsável para ampliar rotatórias onde possível, sobre áreas já ocupadas pelo sistema viário.	Política setorial de Mobilidade Urbana
		Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, pensando em encontrar soluções para o fluxo de veículos de grande porte	Política setorial de Mobilidade Urbana
	Pavimentação comprometida, principalmente nos setores residenciais	Articular com o órgão responsável para manutenção e melhoria dos acessos, sinalização e controle de velocidade nos perímetros urbanos, visando o fomento a sua utilização	Política setorial de Mobilidade Urbana
Viabilizar a recuperação da pavimentação degradada progressivamente, a partir de prioridades a serem levantadas na elaboração do Plano de Mobilidade		Política setorial de Mobilidade Urbana	
	Nos casos em que a pavimentação está comprometida em razão da drenagem de água, viabilizar a recuperação das vias em conjunto com as estratégias de saneamento	Política setorial de Mobilidade Urbana	
Financiamento da Política Urbana	Baixa arrecadação de tributos, entretanto, menor dependência de repasses quando comparado a outros municípios	Avaliar ITR, cobrança do IPTU (valores e PGV) e impostos sobre a atividade industrial	

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades / Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
Turismo	Rio Providência tem potencial de aproveitamento, sendo utilizado para esportes radicais	Incentivar a prática associada ao turismo sustentável	Política Setorial de Turismo
		Traçar estratégias de divulgação das atrações turísticas	Política Setorial de Turismo
		Buscar associação com municípios vizinhos para desenvolver o potencial turístico, criando roteiro associado ao Rio	Política Setorial de Turismo
		Efetuar políticas e estratégias integradas por meio de um comitê, com os demais municípios que estão inseridos na Bacia do rio Providência, com finalidade de obter um gerenciamento mais adequado.	Política Setorial de Turismo

Legenda:

	Potencialidade - Fator favorável ao desenvolvimento do município e que pode ser potencializado com ações municipais
	Aspecto Crítico - Fator de importância para o desenvolvimento do município, sem ser favorável ou desfavorável
	Fragilidade - Fator favorável ao desenvolvimento do município e que demanda ações de correção municipal

Elaboração: Arcadis, 2020.

Eixos de Desenvolvimento Municipal

Os eixos de desenvolvimento do município, elaborados a partir da matriz de fragilidades e potencialidades de Miranorte, podem ser encontrados na tabela a seguir.

Quadro 1-2 - Eixos de Desenvolvimento do município

Eixos de Desenvolvimento	
Uso e ocupação do solo	Delimitação do perímetro urbano, gestão e controle do uso do solo, visando o seu desenvolvimento ordenado e sustentável
Meio Ambiente	Revitalização da porção da Bacia do Rio Providência inserida no território municipal e preservação das APPs do rio e de seus afluentes
Desenvolvimento Rural	Desenvolvimento ordenado da agricultura familiar e do agronegócio no território, de forma compatível com as características do meio físico
Desenvolvimento Econômico	Ampliação do potencial a partir da cultura do abacaxi, articulando parcerias com os municípios produtores da região e profissionalizando toda a cadeia de produção, beneficiamento e comercialização do produto
Saneamento	Viabilizar soluções para o esgotamento sanitário, para a segurança hídrica do abastecimento público e resolução da drenagem urbana

Elaboração: Arcadis, 2020.

O primeiro eixo corresponde à necessária priorização do regramento do uso e da ocupação do solo, sobretudo urbano, considerando que as normativas atuais a este respeito são insuficientes para tal. O objetivo deste eixo, portanto, é embasar normativas que estabeleçam as áreas propícias para a expansão da mancha urbana, as regras de organização desta expansão, bem como parâmetros para a utilização das áreas já urbanizadas, com intuito de assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento do território.

O tema Meio Ambiente se mostrou de grande relevância para o desenvolvimento de Miranorte, conforme enfatizado anteriormente, o que embasou a criação do segundo Eixo – necessária recuperação do Rio Providência, com abordagem na escala da Bacia, considerando as atividades econômicas e ocupação do território tanto na área rural quanto na área urbana, de forma sistêmica e integrada com os outros municípios da bacia. Estas ações visam garantir quantidade e qualidade de água para abastecimento público.

Considerando que a atividade rural é predominante e está em expansão no município, o terceiro Eixo de Desenvolvimento objetiva manter a atividade em pleno funcionamento de forma sustentável, sobretudo no que diz respeito às características do meio físico e ao apoio para o desenvolvimento da agricultura familiar. Ainda em relação às atividades rurais e visando o fortalecimento da economia do município, o quarto eixo reflete o potencial identificado na produção do abacaxi. Para que este potencial seja desenvolvido, o eixo proposto direciona esforços para o fortalecimento da produção em escala regional, ao mesmo tempo em que estimula a profissionalização de toda a cadeia de produção, de forma progressiva.

Por fim, o eixo relacionado ao Saneamento básico expressa a urgência em se solucionar a coleta e tratamento do esgoto sanitário, a garantia da segurança hídrica e as problemáticas

relativas à drenagem. Para tanto, propõe-se a elaboração de um Plano de Saneamento que envolva, de forma sistêmica, soluções sustentáveis para todas as frentes mencionadas.

